

REFORMA OU “DEFORMA” DO ENSINO MÉDIO? AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E O DISCURSO SUBJACENTE ÀS PROPAGANDAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL¹

REFORM OR DEFORMATION OF HIGH SCHOOL? PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES AND UNDERLYING SPEECH IN ADVERTISING OF THE MINISTRY OF EDUCATION OF BRAZIL

Rodrigo Diego de Souza*

RESUMO: As ações políticas do governo Temer (PMDB²), após o afastamento e impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT³), a Medida Provisória 746/2016, e posteriormente a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, ao reformular o Art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incidiu no denominado Novo Ensino Médio. Observaram-se nas mídias propagandas sobre o Novo Ensino Médio. Nessa direção, o objetivo deste artigo consistiu em analisar os discursos subjacentes às propagandas do ‘novo’ Ensino Médio produzidas pelo Ministério da Educação do Brasil. A análise qualitativa dos discursos veiculados a partir do método do Materialismo Histórico Dialético possibilitou constatar: (1) o uso das propagandas políticas com discursos estratégicos para conquistar o apoio da população para os programas, projetos e ideologias políticas, bem como para legitimar e reforçar as iniciativas do governo por meio do controle político do que é mediado, construindo imagens do real que distorcem a realidade concreta; (2) o uso predominante da retórica e argumentos afetivos; (3) o alinhamento da formação para o Mercado de Trabalho no sentido de formação de Capital Humano e mão de obra barata, exército de reserva de trabalhadores. Este artigo não esgota as discussões sobre o discurso mediado pelas propagandas, mas conclui-se com a emergência de pensar e questionar como o governo Temer (PMDB) têm gestado as Políticas da Educação, especialmente o Ensino Médio, para que a população tenha claros os porquês das propagandas e da reforma, e que Modelo de Sociedade está pautado nestas iniciativas e formas de reprodução social.

Palavras-chave: Capital e trabalho; Ensino Médio; Políticas educacionais; Propaganda; Trabalho e educação.

¹ Este artigo emerge das reflexões e debates propiciados na disciplina Seminário sobre Linguagem na Ciência e Tecnologia, com as Professoras Dr^a. Suzani Cassiani, Dr^a. Patrícia Montanari Giraldi e Dr. Irlan Von Linsingen, oferecida no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

* Doutorando em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/PROEX). E-mail: professor.rodrigossouza@gmail.com

² PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

³ PT: Partido dos Trabalhadores.

ABSTRACT: The political of the Temer government (PMDB), after the removal and impeachment of President Dilma Rousseff (PT), the Provisional Measure 746/2016, and subsequently Law No. 13,415 of February 16, 2017; by rewriting Article 36 of Law 9,394 of December 20, 1996, focused on High School New. Advertising on the New High School was observed in different medias. Therefore, the objective of this article was to analyze the underlying speech in advertising of the Ministry of Education of Brazil. The transcription and qualitative analysis of the discourses conveyed from the method of Historical Materialism Dialectic made it possible to verify: (1) The use of political advertisements with strategic discourses to gain mass support, conquer the population for political programs, projects and ideologies, As well as to legitimize government initiatives through political control of what is mediated, constructing images of the real that distort concrete reality; (2) the predominant use of rhetoric and affective arguments; (3) the alignment of training for the Labor Market in the sense of the formation of Human Capital and forming an reserve army of workers. This article does not end the discussions about the discourse mediated by the advertisements, but it concludes with the emergence of questioning how the Temer government (PMDB) have developed the policies of education, especially high school, so that the population is clear about the reasons for the advertisements and the reform, and that the Model of Society is based on these initiatives and forms of social reproduction.

Keywords: Capital and work; High school; Educational policies; Advertising; Work and education.

INTRODUÇÃO

[...] a aprendizagem é a nossa própria vida.
Paracelso

A educação formal oferecida nas escolas, embora apresente iniciativas de professores que buscam viabilizar a formação do sujeito crítico, historicamente se constitui como campo de forças políticas e de autoprodução e reprodução do capital (COAN, 2016, p. 141).

A escola, no modo de produção capitalista, tem sua gênese no desejo burguês de qualificação de trabalhadores para os interesses do capital e na disciplinarização para a moralidade e para a obediência, sendo o slogan de formação de sujeito crítico, uma ‘criticidade capitalista’ e não crítica no entendimento radical de crítica social contra hegemônica.

Nessa direção, nas palavras de Paracelso “a aprendizagem é a nossa própria vida” possuem grande relevância, pois a aprendizagem não se situa apenas nos espaços formais e manipulados pelo poder do estado, mas compreende-se numa concepção mais ampla de educação, como também afirma Mészáros (2008, p. 53):

[...] a aprendizagem é a nossa própria vida. Pois muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais. Felizmente, porque esses processos não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal legalmente salvaguardada e sancionada.

Mészáros, no texto ‘Educação para além do Capital’ (2008), por exemplo, apresenta a influência do liberalismo de John Locke na organização da escola inglesa, na qual é possível observar claramente a relação do liberalismo com a organização das instituições escolares e a caracterização das escolas para os ricos e para os pobres.

Os filhos das pessoas trabalhadoras são um corriqueiro fardo para a paróquia, e normalmente são mantidas na ociosidade, de forma que geralmente também se perde o que produziram para a população até eles completarem doze ou catorze anos de idade. Para esse problema, a solução mais eficaz que somos capazes de conceber, e que portanto humildemente propomos, é a de que, na acima da mencionada lei a ser decretada, seja determinado, além disso, que se criem escolas profissionalizantes em todas as paróquias, as quais os filhos de todos, na medida das necessidades da paróquia, entre quatro e treze anos de idade [...] devem ser obrigados a frequentar. (LOCKE apud MÉSZÁROS, 2008, p. 41-42)

Evidenciam-se no fragmento apresentado, para além da formação para o trabalho desde os quatro anos de idade, a condição de subserviência entre a população pobre e o Estado, quando Locke afirma que ‘humildemente’ o Estado iria prover formação profissional para os sujeitos.

Esta condição de subserviência é potencializada com a relação de hierarquização das classes sociais, moralidade e disciplinarização acentuada pela religiosidade da época, haja vista que as escolas atreladas ao modelo ético-moral da religião, também normatizavam a conduta da população para uma postura ascética, e ao mesmo tempo, rotulavam as crianças e adolescentes como ociosos, como Mészáros também salienta ao citar Locke (2008, p. 42):

Outra vantagem de se levar as crianças a uma escola profissional é que, desta forma, elas seriam obrigadas a ir à igreja todos os domingos, juntamente com os seus professores ou professoras e teriam alguma compreensão da religião ao passo que agora, sendo

criadas, em geral, no ócio e sem rédeas, elas são totalmente alheias tanto à religião e à moralidade como o são para a diligência.

Estes aspectos apresentados na crítica de Mészáros a Locke no contexto da época, também sinalizam para reflexões sobre o modelo educacional brasileiro, tanto no percurso histórico da educação brasileira como na atualidade.

Por exemplo, desde a reforma pombalina, os interesses da educação institucionalizada nas escolas estão atrelados aos interesses econômicos e políticos de controle e dominação do Estado sob a formação dos cidadãos (ROMANELLI, 2003).

Sendo assim, observam-se contemporaneamente novos contornos que caracterizam reformismos retrógrados que potencializam “o exercício do controle político-ideológico sobre o magistério [que] envolvem sua formação e sua atuação profissional [...] todas as esferas da docência: currículo, livro didático, formação inicial e contínua, carreira, certificação, lócus de formação, uso das tecnologias da informação e comunicação, avaliação e gestão” (EVANGELISTA, SHIROMA; 2007, p. 537).

Estes contornos com reformismos retrógrados apresentam-se na forma de políticas educacionais que impactam a formação dos sujeitos, com discursos velados, que ocultam as reais intenções do quadro de valores que baseiam e legitimam os interesses hegemônicos e dominantes do capital, sustentados nos valores do neoliberalismo (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

As políticas educacionais baseadas no imaginário do neoliberalismo, geradas e horizontalizadas como uma Agenda Global para a Educação, que formula políticas globais por meio dos organismos multilaterais (OM) como o Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e entre outros; determinam os modelos e a finalidade da educação institucionalizada alinhada aos interesses do capital internacional e da formação de capital humano.

Neste cenário, observa-se a relação íntima entre os processos educativos e os processos sociais de reprodução e produção de mercadorias, nos quais as reformas educacionais e a gênese das políticas educacionais

produzem e reproduzem uma mercantilização da educação em nível global, como apresenta Ball (2001, p. 100):

[...] até que ponto estamos a assistir ao desaparecimento gradual da concepção de políticas específicas do Estado Nação nos campos econômico, social e educativo e, concomitantemente, o abarcamento de todos estes campos numa concepção única de políticas para a competitividade econômica, ou seja, o crescente abandono ou marginalização (não no que se refere à retórica) dos propósitos sociais da educação.

Tendo em vista a escola historicamente gerada como construção burguesa e alinhada aos ideais da classe dominante, ficam inerentes indagações sobre a finalidade da educação pública e como esta se constitui na sociabilidade capitalista, na formação humana precarizada e voltada para formação de força de trabalho, e subalternização dos sujeitos aos interesses do capital.

Evidencia-se que muitos estudantes encontram apenas na escola os conhecimentos sistematizados e construídos historicamente pela humanidade, e frente a isso o dilema entre a organização da escola mediante as políticas globais que alteram e determinam a construção dos currículos.

Um exemplo das implicações entre a organização escolar no Brasil e as políticas internacionais é a reforma do Ensino Médio na República Federativa do Brasil, construída de forma autoritária e antidemocrática por meio da Medida Provisória 746/2016, alguns meses após o afastamento e então impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

A MP 746/2016 que atualmente consiste na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, ao reformular o Ensino Médio sem ampla discussão⁴, retoma

⁴ O estudo de Ferreti e Ribeiro (2017) analisa as audiências públicas realizadas para debate acerca da Medida provisória e então Lei que reforma o Ensino Médio. Neste estudo conclui-se que: “Do conjunto de participantes das audiências públicas, observa-se que há um equilíbrio numérico entre os que foram pró e os que foram contra a reforma, se somados órgãos de governo e pessoas ligadas ao setor privado (18) e as ligadas aos movimentos sociais, entidades e setor público (17). Ainda que estivesse presente nas audiências públicas um número expressivo de críticos da MP, suas argumentações não foram ouvidas, conforme atestam o PL de Conversão nº 34/2016 e a Lei nº 13.415/2017. [...] Da análise das audiências públicas ficou evidente o cenário da disputa em torno das finalidades, dos conteúdos e dos formatos que deve ter o ensino médio brasileiro. O maior ou menor atrelamento da reforma curricular a questões de ordem pragmática, tais como a adequação a demandas econômicas e de mercado, a melhoria do desempenho dos estudantes nas avaliações em larga escala, ou, ainda, a contenção do acesso à educação superior por meio da profissionalização, entre

o modelo educacional já utilizado na Ditadura Militar e retira as disciplinas de Língua Espanhola; condensa as disciplinas de História, Geografia, Artes, Filosofia e Sociologia em Ciências Humanas, condensa as disciplinas de Química, Física e Biologia em Ciências da Natureza; mantém como obrigatórias apenas às disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Inglês.

Associado a isto, Ferreti e Ribeiro (2017, p. 386-387) também apontam para a seguinte constatação:

Alguns dos aspectos presentes no texto da MP nº 746 chamaram imediata atenção da mídia, em especial duas situações: a extinção da obrigatoriedade de quatro disciplinas — Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física — e a possibilidade de atribuição do exercício da docência a pessoas com “notório saber” em alguma especialidade técnico-profissional. Se, por um lado, a ampla exposição midiática colocou na ordem do dia o debate sobre a reforma, por outro, a ênfase nesses dois aspectos escondeu outros de igual ou maior relevância: a pretensão de alterar toda a estrutura curricular e de permitir o financiamento de instituições privadas, com recursos públicos, para ofertar parte da formação.

Além disso, o ‘novo’ Ensino Médio passa a oferecer no primeiro ano a formação básica, a qual até então oferecida nos três anos do Ensino Médio, e após este um ano, a formação dos estudantes passaria para um dos itinerários formativos, sendo: Linguagens; Matemática; Ciências Humanas; Ciências da Natureza ou Formação Técnico-profissional.

Os itinerários formativos estabelecidos a critério do sistema de ensino, ou seja, os estudantes não possuem a liberdade de escolher por maior afinidade o itinerário formativo, mas o sistema de ensino que irá definir, conforme a sua disponibilidade, que itinerários cada unidade escolar irá ofertar, conforme a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 apresenta ao reformular o Art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

outras, caracteriza disputas por hegemonia em torno de um projeto formativo e de sociedade, disputas que atravessam o Estado e suas instâncias decisórias no âmbito do legislativo e do executivo, bem como de seus interlocutores. A constatação de que as mudanças propostas nessas audiências foram advindas de pessoas ou entidades com maior aderência ao governo de Michel Temer, que possuem vínculos com outros órgãos de governo ou com o setor privado, evidenciaram uma correlação de forças que privilegiou o atendimento dos interesses desse grupo em detrimento dos demais. Esses embates caracterizaram um movimento no qual discursos e argumentos foram se instituindo como posições hegemônicas ou contra-hegemônicas, e a partir das quais se consolidou o processo da reforma no âmbito do legislativo federal” (FERRETI, RIBEIRO; 2017, p. 396-397).

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

I - linguagens e suas tecnologias;

II - matemática e suas tecnologias;

III - ciências da natureza e suas tecnologias;

IV - ciências humanas e sociais aplicadas;

V - formação técnica e profissional.

§ 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino. [...]

§ 3º A critério dos sistemas de ensino, poderá ser composto itinerário formativo integrado, que se traduz na composição de componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e dos itinerários formativos, considerando os incisos I a V do caput.

§ 5º Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar mais um itinerário formativo de que trata o caput. [...]

§ 8º A oferta de formação técnica e profissional a que se refere o inciso V do caput, realizada na própria instituição ou em parceria com outras instituições, deverá ser aprovada previamente pelo Conselho Estadual de Educação, homologada pelo Secretário Estadual de Educação e certificada pelos sistemas de ensino.

§ 9º As instituições de ensino emitirão certificado com validade nacional, que habilitará o concluinte do ensino médio ao prosseguimento dos estudos em nível superior ou em outros cursos ou formações para os quais a conclusão do ensino médio seja etapa obrigatória.

§ 10. Além das formas de organização previstas no art. 23, o ensino médio poderá ser organizado em módulos e adotar o sistema de créditos com terminalidade específica.

§ 11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação:

§ 12. As escolas deverão orientar os alunos no processo de escolha das áreas de conhecimento ou de atuação profissional previstas no caput.

O fragmento acima evidencia inúmeros aspectos da reforma do Ensino Médio, como a organização dos itinerários formativos e sua oferta nos sistemas de ensino; a possibilidade dos alunos aproveitarem créditos do ensino médio no ensino superior, a possibilidade das aulas acontecerem no espaço de empresas privadas, entre outros.

Nesse sentido, poderíamos discutir todas essas questões que indagam para inúmeras problemáticas como a parceria público-privada na educação; o esvaziamento da educação básica para uma educação pautada por interesses mercantis para formação de trabalhadores e para semiformação, o *Halbbildung*

(ADORNO; HORKHEIMER, 1985), entre outras discussões que permeiam esta problemática.

Mas, considerando-se que não se esgotam todas as reflexões neste artigo, buscou-se analisar os discursos que estão subjacentes às propagandas do 'novo' Ensino Médio produzidas pelo Ministério da Educação do Brasil, apoiando-se no referencial teórico-metodológico do materialismo histórico dialético.

Não é possível “objetivar” o método do materialismo histórico dialético, pois o mesmo consiste no movimento processual entre a teoria e o método no processo de pesquisa e também na apresentação dialética do real em suas contradições e em sua historicidade (TORRIGLIA, 2004).

Compreende-se que “a realidade é a unidade do fenômeno e da essência. Por isso a essência pode ser tão irreal quanto o fenômeno, e o fenômeno tanto quanto a essência, no caso em que se apresentem isolados e, em tal isolamento, sejam considerados como a única ou “autêntica” realidade” (KOSIK, 1976, p. 12).

O processo de investigação da realidade, neste contexto, acontece por meio da abordagem dialética materialista, que considera o movimento de apropriação do homem sobre a realidade em que está inserido e também o determina.

Por meio do método dialético de investigação, o homem não está numa relação de contemplação dos fenômenos, mas apropria o real, reflete sobre ele e por meio da práxis humana encontra possibilidades de transformá-la (KOSIK, 1976, p. 22).

Desta forma, neste artigo, ao analisar os discursos que estão subjacentes às propagandas do 'novo' Ensino Médio, as categorias de análise que emergem do movimento do real, consistem nas contradições inculcadas nos discursos dos produtos culturais mediados, na relação entre consenso e controle, no uso predominante da retórica aliada aos argumentos afetivos que facilitam o consenso utilizando-se das compreensões falsas e alienantes da realidade, e o interesse de formação de capital humano e mão de obra barata, semiquificada, exército de reserva.

Sendo assim, o materialismo histórico-dialético possibilita condições teóricas e metodológicas para a análise crítica do objeto em questão, tendo como finalidade principal o desvelar da realidade como contribuição para uma compreensão crítica das ações e intencionalidades políticas que fundamentam a (de)forma do Ensino Médio.

O ‘NOVO’ ENSINO MÉDIO E O DISCURSO SUBJACENTE ÀS PROPAGANDAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL

Pergunte sempre a cada ideia: a quem serves?
Bertolt Brecht

Analisar as propagandas políticas nos permite identificar as formas como os meios de comunicação, as mídias e os produtos culturais são utilizados pelos governos para conseguir o apoio das massas, e até mesmo para a ‘sedução’, ou seja, conquistar a população para os programas, projetos e ideologias políticas de governo.

A propaganda e as mídias, nesse sentido, utilizam-se de discursos estratégicos para legitimar e reforçar as iniciativas do governo por meio do controle político do que é mediado, e baliza a construção de consciências sobre real, criando reflexos e espelhamentos sobre um real que é irreal, Azevedo (2006, p. 98), apresenta algumas considerações acerca destes aspectos, quando diz:

[...] é necessário também lembrar o papel estratégico da mídia de massa na visibilidade das questões públicas nas democracias contemporâneas. Estas democracias funcionam em sociedades complexas, socialmente diferenciadas e fortemente segmentadas em seus interesses políticos e culturais por clivagens de classe, gênero, etnia, geração etc. Nesse contexto, como é o caso brasileiro, diversos temas e questões competem entre si para obter atenção da opinião pública e só se transformam verdadeiramente em questões públicas quando ganham visibilidade nos meios de comunicação de massa. Há, assim, na arena midiática, uma disputa incessante entre as várias agendas postas em circulação por diversos atores sociais e políticos, inclusive a própria imprensa que, em momentos excepcionais (como no impeachment dos presidentes Nixon e Collor), pode vir a assumir a posição de ator principal do processo político. Portanto, a visibilidade/invisibilidade dos atores, temas e demandas dependem em larga medida, no regime democrático, do grau de pluralidade externa existente no sistema de mídia ou da pluralidade interna praticada em cada jornal, revista ou emissora de TV e rádio.

No âmbito das políticas educacionais isto também está na esfera do fetiche, pois se vendem com a propaganda modelos de educação e modelos de país com slogans muito bem determinados.

No discurso político das propagandas são construídas realidades que mascaram o real, uma pseudoconcreticidade (KOSIK, 1976), que para além da alienação, conquistam corações e mentes.

Nessa perspectiva, além das lacunas apresentadas anteriormente sobre o ‘novo’ Ensino Médio, buscou-se analisar qualitativamente, a partir do referencial teórico e metodológico do Materialismo Histórico e Dialético, os discursos mediados nas vinhetas comerciais que buscam popularizar esta medida do governo Temer e conquistar o apoio da população.

As vinhetas comerciais foram veiculadas em todos os horários da programação da TV aberta, e o áudio destas propagandas também veiculado em emissoras de rádio e, inclusive em aplicativos de música digital para os aparelhos telefônicos celulares e computadores, como o aplicativo Spotify®.

O acesso das vinhetas para análise se deu por meio do Canal Oficial do Ministério da Educação – MEC, no YouTube®, um site que permite que os seus usuários carreguem e compartilhem vídeos em formato digital.

Dentre as vinhetas disponíveis no Canal Oficial do Ministério da Educação – MEC, no YouTube®, foram selecionadas três (3), as quais foram transcritas e os títulos e link para acesso delas constam no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Vinhetas Comerciais selecionadas para a análise.

Filme	Título do Filme no YouTube®	Link para Acesso no YouTube®	Data do Acesso
Filme A	O Novo Ensino Médio vai ser mais estimulante e compatível com a sua realidade!	https://www.youtube.com/watch?v=Qp0_kuVNskk	20/02/2017
Filme B	Com o Novo Ensino Médio você pode decidir o seu futuro!	https://www.youtube.com/watch?v=blFgyTLiv4Q	20/02/2017
Filme C	O Novo Ensino Médio vai melhorar a educação dos jovens!	https://www.youtube.com/watch?v=C-M_ewoa0iY	20/02/2017

Fonte: Canal Oficial do Ministério da Educação – MEC, no YouTube®:

<https://www.youtube.com/channel/UCn9sSXxb1Pd3v6bszZRssJA> Acesso em 20/02/2017

Os títulos das vinhetas consistem todos em proposições afirmativas e imperativas, e já sinalizam para falácias e sofismas, isso significa que os argumentos apresentados nas proposições afirmativas e imperativas dos títulos se apoiam no poder da retórica de persuasão e não necessariamente em argumentos que apresentem uma racionalidade crítica capaz de validar o novo Ensino Médio como um avanço para a consolidação de uma Educação Básica de qualidade.

Além dos títulos, observa-se também o discurso em torno de que o novo Ensino Médio será mais atrativo, aspectos estes que aparecem também nos fragmentos iniciais das três vinhetas, conforme o Quadro 2 apresenta:

Quadro 2: Fragmentos Iniciais das Vinhetas Comerciais selecionadas para a análise.

Filme	Fragmentos Iniciais	Link para Acesso no YouTube®	Data do Acesso
Filme A	<p>- “Ah! Amiga, eu não acho justo ser obrigada a estudar um monte de coisa que não tem muita ligação como que eu desejo pro meu futuro, pra minha vida.</p> <p>- “É cansativo mesmo. E acaba desestimulando a gente. É, mas isso vai mudar, né?</p> <p>O novo Ensino Médio, ele tem tudo para ser mais estimulante, mais compatível com o que a gente deseja.”</p>	https://www.youtube.com/watch?v=Qp0_kuVNskk	20/02/2017
Filme B	<p>- “É a proposta do novo Ensino Médio tá dando o que falar! O ensino tem tudo para ficar mais estimulante, e com mais liberdade pra gente escolher o nosso futuro”.</p>	https://www.youtube.com/watch?v=bIFgyTLlv4Q	20/02/2017
Filme C	<p>- “Sabe o que estamos fazendo aqui? Conversando sobre o nosso futuro. Com o novo Ensino Médio o ensino nas escolas tem tudo para ficar mais estimulante, mais de acordo com o que a gente quer mesmo.</p> <p>[...]</p> <p>- tá aqui, ó. O mais importante é que vamos ter a liberdade de escolher entre quatro áreas de conhecimento pra poder nos aprofundar nos estudos, né?! Tem linguagens, matemática, ciências humanas ou ciências da natureza. Tudo</p>	https://www.youtube.com/watch?v=C-M_ewoa0iY	20/02/2017

	de acordo com os meus sonhos e o que eu desejo para o meu futuro!”		
--	--	--	--

Fonte: Canal Oficial do Ministério da Educação – MEC, no YouTube@:

<https://www.youtube.com/channel/UCn9sSXxb1Pd3v6bszZRssJA> Acesso em 20/02/2017

Conforme fora dito anteriormente, nos títulos das vinhetas, apresenta-se fortemente a retórica da persuasão baseada em argumentos afetivos, o que aparece novamente nos fragmentos iniciais das três vinhetas.

O poder da retórica na construção dos sofismas e falácias é apontado desde a filosofia antiga grega, Platão (1989, p. 459), por exemplo, já afirmava que “(...) não precisa conhecer a realidade das coisas, basta-lhe certo procedimento de persuasão por si inventado para que pareça diante dos ignorantes mais sábia que os sábios (...)”. Aristóteles (1982, p. 33) também apresenta considerações sobre o poder da retórica, pois entende que “(...) a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar persuasão. Nenhuma outra arte possui esta função”.

Nessa direção, a retórica apoiada nas falácias e sofismas mediada pelos meios de comunicação de massa, consiste num suporte com grande espectro de ação na dominação e no controle político e ideológico da população, construindo verdades que distorcem o real.

Ao vender a propaganda de que “O Novo Ensino Médio vai ser mais estimulante e compatível com a sua realidade!” e “Com o Novo Ensino Médio você pode decidir o seu futuro!”, busca convencer o público por meio do uso falacioso dos argumentos afetivos que o novo ensino médio é a solução para a educação, no entanto, não utiliza de argumentos válidos logicamente que fundamentem a premissa de que a educação e todos os processos pedagógicos que permeiam a educação escolarizada irão de fato apresentar maior qualidade na formação básica dos estudantes.

Ressalta-se que ao apresentar um ensino “mais estimulante e compatível com a realidade”; a promessa de que os jovens poderão “decidir o seu futuro” e no título do filme C “O Novo Ensino Médio vai melhorar a educação dos jovens!”, a propaganda desqualifica a organização e o formato do Ensino Médio implementado até então e sinaliza que seu principal público

são os jovens e adolescentes, ou seja, por meio dos argumentos afetivos a possibilidade de persuasão dos jovens para que sendo eles conquistados e apoiando esta política, possivelmente seus familiares também sejam conquistados e passem a apoiar esta iniciativa antidemocrática - pois foi implementada via Medida Provisória.

Isto sinaliza ainda mais, para a necessidade da propaganda, e enfatiza que a iniciativa de reformular o Ensino Médio não partiu da população, pois se faz necessária a propaganda para a conquista e persuasão da massa, aceitação e apoio desta iniciativa.

Esta constatação da conquista e persuasão dos jovens com argumentos falaciosos também já se apresenta na crítica de Sócrates e Platão aos sofismos, como retrata o pesquisador Paviani (2003, p. 40), quando diz:

Sócrates, depois de comparar o Estado a um navio conduzido por um timoneiro e com marinheiros que desejam tomar-lhe o posto, aponta as causas da degeneração da filosofia e explica os motivos que levam as pessoas a considerar os filósofos inúteis. Denuncia então o ensinamento mercenário dos sofistas que, percorrendo as cidades, corrompem os jovens inclinados às multidões, e com seus discursos, confundem o belo e o feio, o justo e o injusto, a essência e a aparência. Para eles, o bom é o que a maioria gosta. Nessa inversão de valores é natural que os verdadeiros filósofos sejam criticados pelas multidões. Assim, o descrédito da filosofia deve-se aos falsos filósofos, aqueles que trabalham com sofismas, com argumentos enganadores. O filósofo vive no meio das feras, enfrenta dificuldades e, sozinho, não consegue concorrer com os sofistas.

Sócrates discute a problemática da degeneração da filosofia e desvalorização dos filósofos na Grécia antiga e a problemática dos discursos dos sofistas que confundiam as interpretações do real.

Partindo-se desta reflexão é possível compreender a forma como as propagandas no Novo Ensino Médio confundem a compreensão dos sujeitos e a sua percepção do real, ou seja, “confundem o belo e o feio, o justo e o injusto, a essência e a aparência” (PAVIANI, 2003, p. 40).

Por exemplo, algumas vinhetas terminam com a seguinte expressão: “Novo Ensino Médio, quem conhece aprova!”, esta afirmação toma a dimensão do conhecimento em torno da proposta como o que valida a sua intencionalidade e despreza a dimensão crítica sobre a própria proposta de

reforma. A expressão apresentada também encontra ressonância com o fragmento final da citação do Paviani (2003, p. 40):

Nessa inversão de valores é natural que os verdadeiros filósofos sejam criticados pelas multidões. Assim, o descrédito da filosofia deve-se aos falsos filósofos, aqueles que trabalham com sofismas, com argumentos enganadores. O filósofo vive no meio das feras, enfrenta dificuldades e, sozinho, não consegue concorrer com os sofistas.

Com isto, observa-se claramente a organização do discurso falacioso, ao mesmo tempo em que a propaganda legítima com argumentos relacionados às emoções o sucesso da nova proposta, pois o “Novo Ensino Médio é estimulante [...]; Vai melhorar a Educação [...]; ajuda a decidir sobre o futuro [...]”; também colocam em detrimento as pesquisas brasileiras em torno das áreas de Educação, Ensino, Filosofia e Ciências Humanas, pois as distintas Associações Nacionais que congregam os pesquisadores (ABRAPEC⁵; ANPEd⁶; ANPOF⁷; SBEnBio⁸; SBS⁹; entre outras) se posicionaram contra a Medida Provisória.

⁵ Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências. Carta de Repúdio a Medida Provisória 746/2016. <http://abrapecnet.org.br/wordpress/pt/2016/09/29/carta-aberta-da-abrapec-sobre-a-medida-provisoria-7462016-que-reforma-o-ensino-medio-no-brasil/> Acesso em: 21/03/2017

⁶ Associação Nacional de Pesquisa em Educação. Nota pública da ANPEd sobre a Medida Provisória do Ensino Médio. http://www.anped.org.br/sites/default/files/anped_nota_publica_mp_ensinomedio.pdf Acesso em: 21/03/2017

⁷ Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia. Documentos referentes ao posicionamento da ANPOF e a Reforma do Ensino Médio. <http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/artigos-em-destaque/1084-diretoria-da-anpof-vai-ao-senado-acompanhar-votacao-da-mp-746> Acesso em: 21/03/2017

<http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/2013-11-25-22-46-48/noticiasblog/1003-nota-sobre-as-ocupacoes-estudantis> Acesso em: 21/03/2017

<http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/comunidade/coluna-anpof/859-da-obrigatoriedade-a-identidade-um-apelo-a-maioridade-da-filosofia-no-ensino-medio> Acesso em: 21/03/2017

<http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/comunidade/coluna-anpof/836-sobre-filosofia-no-ensino-medio>

Acesso em: 21/03/2017

⁸ Associação Brasileira de Ensino de Biologia. Nota da Diretoria Executiva Nacional da SBEnBio sobre a reforma do Ensino Médio. <http://www.sbenbio.org.br/blog/nota-da-diretoria-executiva-nacional-da-sbenbio-sobre-a-reforma-do-ensino-medio/> Acesso em: 21/03/2017

⁹ Sociedade Brasileira de Sociologia. Nota sobre a Reforma do Ensino Médio. <http://www.sbsociologia.com.br/home/index.php?formulario=noticias&metodo=0&id=73> Acesso em: 21/03/2017

As associações supracitadas apresentaram pareceres justificando o posicionamento dos coletivos dos pesquisadores, mas frente a isso, imperativamente a propaganda afirma: “Novo Ensino Médio quem conhece aprova!”.

Observa-se que acadêmico-cientificamente os principais pesquisadores das áreas e associações citadas consideram a reforma um retrocesso, uma restrição do direito a Educação Básica e ao acesso a maior expressão do conhecimento construído historicamente nas diferentes ciências. Conclui-se que não se sabe a quem a propaganda se dirige quando diz que “quem conhece aprova”, e possivelmente possa ser mais uma falácia, ou seja, “Novo Ensino Médio quem conhece aprova!”, quem conhece o quê?

Dando continuidade a análise do discurso presente nas vinhetas, optou-se por discutir também as afirmações que fazem alusão à formação dos jovens e adolescentes para o mercado de trabalho, conforme o Quadro 3 apresenta:

Quadro 3: Fragmentos sobre Mercado de Trabalho e Formação para o Trabalho das Vinhetas Comerciais selecionadas para a análise.

Filme	Fragmentos sobre Mercado de Trabalho e Formação para o Trabalho	Link para Acesso no YouTube®	Data do Acesso
Filme A	- “A gente também vai poder optar por concluir o Ensino Médio com formação técnica profissional pra quando terminar os estudos poder trabalhar”.	https://www.youtube.com/watch?v=Qp0_kuVNskk	20/02/2017
Filme B	- “[...] optar pela formação técnica profissional caso queira concluir o ensino e já começar a trabalhar. Acesse o site e participe das discussões. Agora é você quem decide o seu futuro. [...]” - E pra quem precisa trabalhar cedo tem a formação técnica profissional. Ele termina o Ensino Médio e vai direto pro mercado de trabalho”.	https://www.youtube.com/watch?v=bIFgyTLIv4Q	20/02/2017
Filme C	- “E tem uma novidade também para quem quer terminar os estudos e já começar a trabalhar que é a formação técnica profissional, com aulas prática e teóricas. Antes, quem queria uma formação técnica precisava cursar o ensino médio e ainda fazer um curso técnico separado”.	https://www.youtube.com/watch?v=C-M_ewoa0iY	20/02/2017

Fonte: Canal Oficial do Ministério da Educação – MEC, no YouTube@:

<https://www.youtube.com/channel/UCn9sSXxb1Pd3v6bszZRssJA> Acesso em 20/02/2017

O alinhamento do discurso da reforma do Ensino Médio, que neste entendimento apresenta-se mais como deforma do Ensino Médio do que necessariamente como avanços para a Educação Básica, apresenta claramente o alinhamento com a formação para o Mercado de Trabalho no sentido de formação de capital humano e mão de obra barata e semiquificada, como também sugerem os pesquisadores Ferreti e Ribeiro (2017, p. 392):

O período mais recente, representado pelo golpe parlamentar e pelo governo Temer, remete ao neoliberalismo mais regressivo cuja referência principal é a modernização tecnológica, no plano da produção, aliado ao capitalismo financeiro. A preocupação com a coesão social praticamente desapareceu, ainda que alguns programas dos governos anteriores permaneçam, todavia sem a mesma ênfase e até mesmo com restrições. Do ponto de vista educacional retoma-se, com a MP nº 746 e com a BNCC, a formação por competência, não valorizada no governo Lula. Por coerência e opção epistemológica, essa MP propõe que desapareça da cena, no âmbito dos governos estaduais, a proposta de integração no ensino médio e deste com a educação profissional, ainda que se possa levantar a hipótese de sua continuidade nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por sua autonomia pedagógico-administrativa e por pertencerem à rede federal de ensino.

Tendo em vista que não são todos os estudantes que ao término do Ensino Médio estarão inseridos no Mercado de Trabalho, mas sendo necessária assim a formação do que Marx já denominava como exército de reserva essencial para a manutenção do capitalismo, quando salienta no O Capital:

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população. (MARX, 1979, cap. XXIII)

A manutenção do exército de reserva, que obteve acesso ao mínimo dos conhecimentos construídos historicamente por todas as ciências no novo Ensino Médio, também aponta para a função da escola e da educação como

reprodutora do capital, da classe social dominante, do modelo social vigente e hegemônico.

Considerar estes aspectos reproduzidos pela educação permite-nos afirmar o poder de potencialização da desigualdade social permeada por este modelo, pois os jovens e adolescentes do exército de reserva estará preparado para o trabalho técnico/manual, enquanto o acesso à formação para o trabalho intelectual, em outras instâncias de reprodução e produção dos conhecimentos, estará segmentado para outra classe, o que incide também na divisão social do trabalho.

Não iremos aprofundar aqui as questões pertinentes à divisão social do trabalho e as especificidades do trabalho manual e do trabalho intelectual, mas apenas atentar para a inviabilização do acesso das classes mais empobrecidas a Educação Superior; o não acesso a amplitude dos conhecimentos historicamente construídos; o aumento da desigualdade social, conforme Tonet (2016, p. 126) também aponta:

Uma vez que a educação é subordinada aos imperativos da reprodução do capital, e uma vez que ele é a matriz da desigualdade social, seria totalmente absurdo esperar que ele pudesse proporcionar a todos uma igualdade de acesso a ela.

Ainda na discussão em torno do discurso das vinhetas, conforme o Quadro 3 apresentado anteriormente, também nos chama a atenção a seguinte afirmação: “E pra quem precisa trabalhar cedo tem a formação técnica profissional”.

Partindo-se desta afirmação, podemos nos questionar: Que jovens e adolescentes precisam sair ou nem terminar a Educação Básica e já precisam trabalhar? E, ainda mais, quantos dos jovens e adolescentes brasileiros já trabalham durante o Ensino Médio e/ou abandonam ou são abandonados pelas Instituições Escolares por ocasião do Mercado de Trabalho?

Articulando-se a isto, observam-se também outra contradição relacionada à aprovação da proposta da Reforma do Ensino Médio pela população.

Nas propagandas, o governo afirma existir um alto índice de aprovação da reforma por parte da sociedade, no entanto, em consulta pública realizada

no site do Senado Federal e disponível no site do Congresso Nacional¹⁰, verificam-se 4.551 votos a favor da proposta e 73.554 votos contra, um percentual de aproximadamente 95% de rejeição, o que contrapõe ao discurso de aprovação mediado nas propagandas e, ao mesmo, torna explícito a manipulação dos argumentos em prol da aprovação da reforma.

Estas questões retóricas precisam nos levar a pensar e questionar como as Políticas de Educação do governo Temer têm balizado e gestado estas políticas, em especial a deforma do Ensino Médio, em que cenário mais amplo de projeto de sociedade esta política educacional também está inserida, considerando-se o leque de retrocessos nos quais o Brasil vive contemporaneamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo consistiu em analisar os discursos que estão subjacentes às propagandas do ‘novo’ Ensino Médio produzidas pelo Ministério da Educação do Brasil. Com a transcrição e análise qualitativa dos discursos veiculados a partir dos referenciais do método do Materialismo Histórico Dialético, foi possível constatar:

(1) o uso das propagandas políticas como meio e produtos culturais utilizados para conseguir o apoio das massas e conquistar a população para os programas, projetos e ideologias políticas de governo;

(2) discursos estratégicos para legitimar e reforçar as iniciativas do governo por meio do controle político do que é mediado, construindo imagens do real que distorcem a realidade concreta;

(3) o uso predominante da retórica e de argumentos afetivos;

(4) o alinhamento da formação para o Mercado de Trabalho no sentido de formação de capital humano e mão de obra barata, semiquificada, exército de reserva.

O estudo não esgota as discussões sobre o discurso mediado pelas propagandas, mas conclui-se este artigo com a emergência de pensar e

¹⁰ Informações disponíveis em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>, extraídas no dia 30/05/2018.

questionar como as Políticas de Educação do governo Temer têm balizado e gestado as políticas pra a Educação Básica, especialmente o Ensino Médio, para que a população tenha claros os porquês das propagandas e os porquês da reforma, e que Modelo de Sociedade está pautado nestas iniciativas e formas de reprodução social.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T., HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. 2ª ed. Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ARISTÓTELES. **A arte retórica e a arte poética**. São Paulo: Difusão Européia, 1982.

AZEVEDO, F. A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. In. **Opinião pública**, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/op/v12n1/29399.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

BALL, S. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, p.99-116, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996 dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de fevereiro de 2017.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

_____. **Medida Provisória n. 746**, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de setembro de 2016.

COAN, M. Educação para o empreendedorismo como slogan do capital. In. EVANGELISTA, O. (Org.) **O que revelam os slogans na política educacional**. 1. ed. Araraquara – SP: Junqueira e Marin, 2014. v. 1. 288p.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. In. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.3, p. 531-541, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n3/a10v33n3.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

FERRETI, C. J.; RIBEIRO, M. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.385-404, abr.-jun., 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00385.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**, 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976.

MARX, K. “A Lei Geral da Acumulação Capitalista” (cap. XXIII), In: **O Capital** (Livro Primeiro, vol. II). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979 (pp. 712-827).

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2ª ed. São Paulo : Boitempo, 2008.

PAVIANI, J. **Platão e A República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PLATÃO. **Górgias**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

TONET, I. **Educação contra o capital**. 3ª ed. Maceió : Coletivo Veredas, 2016.

TORRIGLIA, P. L. **A Formação docente no contexto histórico-político das Reformas Educacionais no Brasil e na Argentina**. Florianópolis. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2004.

Recebido em: 19/07/2017

Aprovado em: 14/09/2018